



REQUERIMENTO Nº 632/2022

Requeremos à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, ouvido o Plenário e cumpridas as exigências normativas, que seja encaminhada uma **indicação à Secretária de Trabalho e Qualificação Profissional**, a Sra. **Adriana Rocha**, para que sejam **elaboradas políticas de estímulo à empregabilidade da população transexual e travesti**.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento dispõe sobre a elaboração de políticas de estímulo à empregabilidade da população transexual e travesti. O desenvolvimento de ações permanentes destinadas à garantia dos direitos da população LGBTQIA+¹ possibilitam a inserção de grupos socialmente marginalizados em ações que trazem cidadania e humanidade para corpos vulnerabilizados. Nesse sentido, é necessário promover programas que se destinam a tornar possível a existência de pessoas a partir da perspectiva de manutenção da cidadania e proteção de seus corpos.

Quando pensamos nas questões de gênero, classe e raça, vemos que as travestis e transexuais negras, com menor escolaridade, menor acesso ao mercado de trabalho e a políticas públicas acabam indo para a prostituição de rua por uma questão de sobrevivência. Cerca de 90% da população trans e travesti vive na prostituição e apenas

¹ Sigla que significa: L (lésbicas); G (gay); B (bissexuais); T (transexuais), Q (queer – aquelas pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros); I (intersexo); A (assexuada(o)) e “+” significa “outros grupos e variações de sexualidade e gênero”. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>>. Acesso em: 03/02/2022.



GABINETE DA VEREADORA DANI PORTELA

4% das mulheres têm emprego formal, segundo aponta a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais².

A ANTRA salienta que a transfobia, as diversas formas de exclusão, as dificuldades de acesso à educação e ao mercado formal são os fatores que as levam, em sua maioria, à prostituição as coloca em situações de vulnerabilidade social e as deixa ainda mais vulneráveis aos assassinatos. Não é por acaso que 94% das vítimas de tentativas de assassinatos contra pessoas trans tinham a prostituição como fonte de renda³.

Entendemos que, para enfrentar tantas violências, é preciso garantir saúde, educação, emprego, segurança pública, assistência social, esporte, lazer e cultura. Além disso, é imprescindível que seja respeitado o nome social e que a escola seja inclusiva e não um lugar de expulsão das crianças e adolescentes por conta de sua orientação sexual e da identidade de gênero.

Em seu relatório anual a, ANTRA Brasil observa, no quesito Raça e Contexto Social que a população T recorre à prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e à deficiência na qualificação profissional, causadas pela exclusão social, familiar e escolar. Ainda sobre o relatório, estima-se que é de 13 anos de idade é média em que Transgêneros, Transexuais e Travestis são expulsas de casa pelos pais. Cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae)⁴.

Diante da realidade apresentada, faz-se urgente a elaboração de políticas de estímulo à empregabilidade da população transexual e travesti. Promover ações sociais para a empregabilidade dessa população em específico é dar mais um passo adiante na

² Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 03/02/2022.

³ Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 03/02/2022.

⁴ Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/violencia-contra-pessoas-trans-ainda-e-invisivel/#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20do,n%C3%A3o%20conclu%C3%ADram%20o%20Ensino%20Fundamental.>>>. Acesso em: 03/02/2022.



GABINETE DA VEREADORA DANI PORTELA

caminhada de uma política institucional consolidada. Por fim, queremos ressaltar que o presente requerimento está em consonância com o que próprio Programa de Governo preconiza e que, através do Eixo Desenvolvimento Social contido no Plano Plurianual 2022-2025:

Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, a cidade precisa romper barreiras que possibilitem a implementação de ações que assegurem a igualdade de oportunidades e respeito às minorias e aos grupos mais vulneráveis, independentemente da idade, condição física, classe social, orientação sexual, gênero, religião, raça e etnia (p. 32)⁵.

Como uma das estratégias governamentais para o referido eixo, cujo objetivo é “enfrentar as desigualdades com a geração de oportunidades, garantia de direitos e proteção social”, vemos: “[...] **apoio à economia criativa e iniciativas para o empoderamento econômico, especialmente, da mulher, da população negra, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência**” (p. 32). Portanto, o requerimento em questão vem a reiterar o próprio compromisso da gestão municipal que, além disso, está relacionado a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre os quais, destacamos: 1) Erradicação da Pobreza; 5) Igualdade de Gênero; 8) Trabalho decente e crescimento econômico e 10) Redução das desigualdades⁶.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos(as) ilustres pares desta Casa Legislativa para a aprovação deste requerimento.

Câmara Municipal do Recife, 03 de fevereiro de 2022.

DANI PORTELA

Vereadora da Cidade do Recife

⁵

Disponível

em:

<http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/PL_PPA_2022-2025_f852ebea7f3e95a53de0587c379a79cf.pdf>. Acesso em: 03/02/2022.

⁶ Idem.

